

# Ao além-mar!

**U**ma análise das razões subjacentes ao movimento de expansão de empresas brasileiras no exterior revela motivos de comemoração e perplexidade. Entre os primeiros, destaca-se o ganho de competitividade obtido graças a investimentos internos e externos. Entre os motivos de perplexidade estão a elevada carga tributária e o incipiente programa de apoio governamental, os quais precisam ser imediatamente revistos em prol do fenômeno de internacionalização.

---

por **Frederico A. Turolla** ESPM e FGV e **Alexander Nogueira Xavier** Sobeet

---

Empresas brasileiras se lançaram ao mar desde os anos 1970, com investimentos de um pequeno número de empresas e bancos brasileiros, especialmente do lado de cima da linha do equador. Essas empresas buscavam atender seus mercados de exportação, e os bancos visavam acesso ao mercado de capitais dos países desenvolvidos e dos paraísos fiscais.

Nos anos 1980, o processo continuou, com empresas de engenharia e algumas empresas industriais, ainda de forma relacionada ao fortalecimento da presença dessas empresas em mercados de exportação. O processo de internacionalização, entretanto, se intensificou e se tornou mais complexo a partir dos anos 1990.

**Causas da expansão.** Quais são as causas da nova expansão ultramarina da empresa brasileira? O processo ainda não foi suficientemente estudado a ponto de termos clareza sobre suas causas, mas há várias pistas que vêm sendo discutidas nos meios acadêmico e empresarial. Em particular, visualizamos três conjuntos de pistas.

O primeiro está ligado à possibilidade de que o movimento de expansão tenha a ver com competitividade genuína, obtida na década passada sob uma dupla pressão: a da abertura das fronteiras do país ao mercado internacional e a do câmbio desfavorável – neste último caso até o ano de 1998.

O segundo refere-se ao argumento da “expulsão”, de acordo com o qual empresas locais estariam fugindo da carga tributária atual e da perspectiva, dada como certa por vários analistas, de novas elevações do fardo das contribuições sociais sobre as empresas, em face da crescente ineficiência dos gastos públicos federais.

**As empresas brasileiras sofreram os impactos da abertura comercial, da âncora cambial e dos diversos choques, e as mais resistentes foram capazes de se modernizar e dar novos passos que eventualmente as levaram à expansão produtiva em mercados estrangeiros.**

O terceiro conjunto de pistas associa-se aos que defendem que o movimento de internacionalização atinge o conjunto dos países emergentes, ainda que alguns se destaquem, e que, portanto, suas causas não devem ser procuradas em particularidades da economia brasileira.

De forma razoável, entretanto, vale supor que todos esses fatores causam a ampliação do investimento direto brasileiro. Neste artigo, analisamos esses três conjuntos de causas da expansão ultramarina de empresas brasileiras no cenário internacional.

**Investimentos e competitividade.** Na década de 1980, o Brasil se encontrava praticamente insulado em relação aos fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE). Ao fim daquela década, os fluxos de investimento direto no mundo já correspondiam a 2,7% do Produto Interno Bruto mundial, enquanto o Brasil recebia apenas 0,4% do seu PIB em inversões produtivas.

Nos anos 1990, o Brasil corrigiu esse atraso e incrementou a atração de fluxos de IDE em ritmo sensivelmente superior à média mundial. No começo da década atual, o Brasil já recebia mais de 5% do seu PIB em IDE, situando-se na média mundial e próximo ao nível atingido pelos países desenvolvidos. Essa é uma evidência de uma maior inserção da economia brasileira no grande movimento de integração produtiva que acompanhou o processo de globalização em curso desde os anos 1990.

Em consequência, nos anos 1990, o Brasil consolidou sua posição como importante receptor do investimento direto global. Em vários segmentos, o país se tornou palco da competição direta entre empresas líderes de todo o mundo.

E o que dizer do investimento brasileiro no exterior? A partir do final dos anos 1990, verificou-se um incipiente processo de internacionalização das empresas locais, por meio desse tipo de investimento. O ciclo de investimentos diretos brasileiros no exterior não esteve sincronizado com o fluxo de investimentos estrangeiros no Brasil. Estes últimos decolaram antes, em resposta à sequência de reformas da economia brasileira nos anos 1990.

As empresas brasileiras sofreram os impactos da abertura comercial, da âncora cambial e dos diversos choques, e as mais resistentes foram capazes de se modernizar e dar novos passos que eventualmente as levaram à expansão produtiva em mercados estrangeiros.

Por fim, as reformas realizadas pelo país nos anos 1990 contribuíram para o fortalecimento da competitividade de algumas empresas brasileiras, em especial daquelas que foram capazes de resistir e de se adaptar aos fortes choques que sofreram desde a década passada. Entre esses choques, pode-se mencionar: a abertura comercial; o Plano Real

e a âncora cambial, com apreciação do câmbio gerando vantagem artificial à produção estrangeira; volatilidade nos principais preços macroeconômicos; e ainda elevações na carga tributária ocorrida desde a Constituição de 1988.

As empresas brasileiras que conseguiram atravessar o competitivo e turbulento ambiente dos anos 1990 tiveram sua capacidade fortalecida para enfrentar a concorrência na década atual. As empresas bem-sucedidas tipicamente aproveitaram o momento de pressão competitiva com menor proteção comercial e câmbio desfavorável dos anos 1990, até 1998, para modernizar seu parque produtivo, realocar plantas e revisar seus produtos e processos.

**Expulsão de empresas.** A competitividade pode não ser o único determinante da expansão ultramarina da empresa brasileira. É importante considerar a possibilidade de fatores de expulsão de empresas. Entre esses, o principal é, sem dúvida, a elevada carga tributária relativamente a outras possíveis bases de produção.

Se não bastasse seu nível atual, a trajetória dos gastos públicos indica uma elevada probabilidade de ampliações adicionais da carga tributária, o que vem sendo percebido com clareza pelos empresários e tomadores de decisão. Analistas da área tributária indicam que seria ingênuo estruturar um plano de negócios com base em uma carga



tributária constante nos próximos anos e que a frente mais provável de ampliação da carga recai sobre as contribuições sociais, as quais não são compartilhadas pela União com os entes subnacionais, mas têm poderoso efeito cumulativo que distorce a competitividade internacional da economia brasileira.

Assim, antevedendo esses aumentos, vários empresários já se posicionariam defensivamente por meio de operações no exterior, de onde podem produzir e exportar, inclusive para o Brasil, especialmente em países que gerenciam melhor seus gastos públicos e se permitem manter um fisco menos voraz que o brasileiro.

## **Antevendo aumentos na carga tributária no país, vários empresários já se posicionariam defensivamente por meio de operações no exterior, de onde podem produzir e exportar, inclusive para o Brasil, especialmente em países que gerenciam melhor seus gastos públicos.**

**Investimento emergente.** Finalmente, há quem aponte que a internacionalização das empresas é um fenômeno inerente aos países emergentes. Os dados dão suporte a essa visão, já que o investimento direto oriundo de países emergentes vem crescendo nos últimos anos, com diferenças de ritmo entre os vários países.

Em parte, o movimento geral de internacionalização pode estar ligado também ao aumento das frequências aéreas que permitem o rápido deslocamento de executivos de países emergentes para outros centros de negócios, assim como a ferramentas tecnológicas recentes, até mesmo a comunicação sincronizada através do MSN Messenger e do Skype. Essas ferramentas podem facilitar a obtenção de vantagens a partir da diversificação das bases de negócios em vários países. Mas não se pode deixar de apontar que o momento singular por que passa a economia mundial

não deixa de contribuir, ainda que essa fase brilhante possa estar próxima de uma reversão.

**Contribuição setorial.** Uma importante questão adicional que temos de abordar neste ponto é ponderar qual seria a contribuição setorial de empresas brasileiras ao estoque de investimentos no exterior. Para tanto, observemos os dados apresentados no Gráfico 1.

Como se nota no referido gráfico, predominam os investimentos no setor financeiro, que têm peso razoável no incipiente movimento de internacionalização das empresas brasileiras. Nos segmentos de intermediação financeira e suas atividades auxiliares, o Brasil tem um estoque de investimentos no exterior da ordem de US\$ 28 bilhões, pouco mais da metade do estoque total de investimentos de empresas brasileiras em outros países.

Nesse sentido, não constitui exagero afirmar que o segmento financeiro constitui hoje a principal frente de investimentos internacionais das empresas brasileiras. Entretanto, é preciso levar em consideração que parte desses investimentos são realizados nos chamados paraísos fiscais.

Outra característica que chama a atenção na composição setorial do estoque de investimentos brasileiros no exterior diz respeito à participação razoável da categoria dos serviços prestados principalmente a empresas. Essa pode ser uma evidência de um certo seqüenciamento no processo de internacionalização de empresas brasileiras.

Há uma corrente dos acadêmicos da área de negócios internacionais que defende que o processo de internacionalização se dá em etapas, começando pela exportação direta e passando pela realização de investimentos de suporte a essa exportação no país de destino. Se essa corrente estiver correta, a composição setorial do investimento direto brasileiro no exterior denota que o movimento está longe de acabar.

**Apoio político e perspectivas.** Encerramos este artigo com uma apreciação global das ações do governo

brasileiro em apoio ao processo de internacionalização. No restante do mundo, alguns países desenvolveram notórias políticas públicas de fomento a esse processo. A Espanha, por exemplo, oferece às empresas que investem no exterior apoio institucional por meio de acordos de bitributação, vantagens tributárias, agências de promoção de investimentos e seguro de risco político.

O Brasil vem desenhando, desde a década passada, mecanismos ainda tímidos de promoção da internacionalização de suas empresas. A principal iniciativa foi a Resolução BNDES 1189, de 19/07/2005, voltada para “estimular a inserção e o fortalecimento de empresas de capital nacional no mercado internacional”, mas desde que contribuam para promover as exportações brasileiras. Como nem sempre a internacionalização e o aumento da exportação podem encontrar-se na mesma empresa em curto prazo, segue-se que a linha de crédito criada pela resolução só vem conseguindo apoiar um número muito pequeno de projetos.

O apoio abrange investimentos na construção de novas unidades, na aquisição, ampliação ou modernização de unidades já instaladas ou mesmo na participação societária em companhias internacionais, sempre que contribuam

para a exportação de bens e serviços brasileiros, além do suprimento de necessidades de capital de giro.

No momento atual, em que o Brasil mostra maturidade econômica e institucional, abrem-se novas oportunidades para um avanço na internacionalização das empresas brasileiras. Ainda que esse processo tenha origem em fatores de expulsão, como a elevação contínua da carga tributária, apresenta alguns aspectos positivos, na medida em que expõe mais diretamente as empresas e os executivos brasileiros ao estado-da-arte da competição globalizada.

---

#### Frederico Araujo Turolla

Doutor em Economia de Empresas pela FGV-EESP  
Prof. do Departamento de Economia da ESPM  
E-mail: fturolla@fgvsp.br

#### Alexander Nogueira Xavier

Mestre em Economia de Empresas pela FGV-EAESP  
Economista-chefe da Sobeet – Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica  
Prof. de Desenvolvimento Econômico das Faculdades Oswaldo Cruz  
E-mail: axavier@gvmail.br

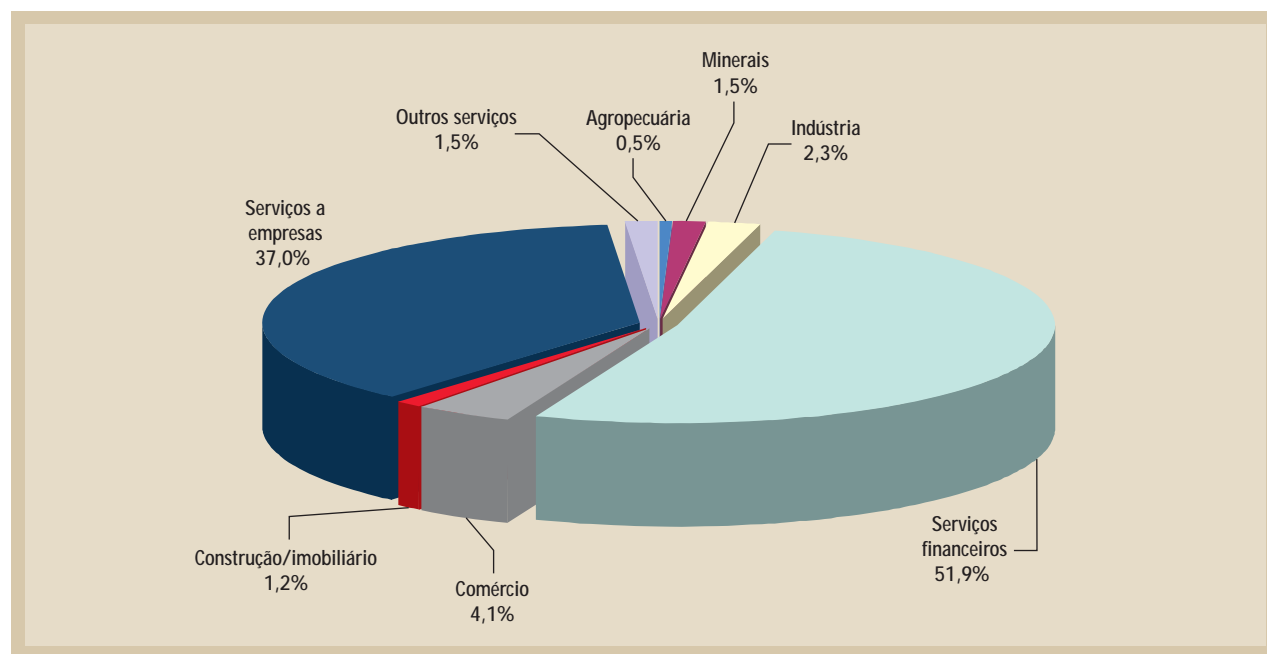


Gráfico 1 – Composição setorial do estoque de investimento direto brasileiro no exterior (2004).